

NO SUL, MAIS VAGAS NAS FEDERAIS (E CORTES NO SETOR PRIVADO)

Daniel Cassol
Jornalista

As universidades federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm comemorado o aumento no número de vagas para professores doutores, contratados em grande parte sob regime de dedicação exclusiva. Na outra face da moeda, porém, verificam-se maior carga de trabalho e pressões pela produtividade. Enquanto isso, as instituições particulares de ensino superior operam no mínimo exigido por lei.

“A maioria dos editais de cursos exige titulação de doutor”,

diz o professor William Schoenau, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Universidade Federal de Santa Maria (CPPD-UFSM). “O sistema federal sofre uma expansão. A contratação é real”, concorda o presidente da Associação dos Docentes da UFRGS (Adufrgs), Eduardo Rolim.

Dados de 2006 do MEC revelam a presença de 2.928 professores com doutorado nas instituições federais de ensino superior no Rio Grande do Sul. Nas particulares, o

número é de 2.834 docentes com titulação de doutor no mesmo ano. Atualmente, a UFRGS conta com 1.696 doutores, sendo 1.659 em Regime Jurídico Único e 37 substitutos. No ano passado, 85 novos professores doutores ingressaram na instituição.

Já a UFSM, em 2007, chegou à marca de 758 professores doutores. Em 2005, havia 600 doutores na instituição, número que passou a 690 em 2006. Schoenau acrescenta que em 2007 foram nomeados 22 professores adjuntos, com dou-

torado, e 13 professores assistentes, com mestrado. “A diferença de números de doutores não se deve apenas à contratação de novos docentes, mas também à capacitação dos docentes já existentes na UFSM”, explica. O professor também destaca a abertura de editais para a contratação de professores nas duas novas instituições gaúchas que contam com a participação da UFSM na administração: o Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (Cesnors) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Porém, para o presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (Sedufsm), Diorge Konrad, o crescimento no quadro da universidade vem sendo acompanhado de aumento da carga horária de trabalho. “O au-

mento do trabalho é sensível. Há mais carga horária em sala de aula e projetos de extensão”, aponta. Konrad critica uma situação que atinge as universidades federais em geral e a UFSM em particular: a busca por maior remuneração leva professores e departamentos a captarem recursos na iniciativa privada.

“O arrocho salarial gerou esta saída individual”, diz o professor da UFSM. “O grave é a lógica privada para encontrar canais de trazer o setor privado. Isso pode até abrir para ilícitos”. Duas fundações ditas “de apoio” à institui-

ção, Fundae e Fatec, estão envolvidas num esquema que desviou mais de R\$ 40 milhões do Departamento Estadual de Trânsito, segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, e um ex-reitor chegou a ser preso.

O presidente da Associação dos Docentes da UFRGS, Eduardo Rolim, lembra que é preciso ampliar os recursos para pesquisa: “Ainda que haja uma expansão, o recurso é muito concentrado”. Em relação à carga horária de professores doutores em sala de aula, ele avalia como positiva a distribuição feita pela instituição, que garante oito horas de sala de

“Há um excesso de exigências e uma carência de opções. Há muitas evidências de pessoas ficando doentes. O organismo está dizendo que algo não está bem”, declara o professor Lucídio Bianchetti, da UFSC

aula para os professores, na graduação e na pós-graduação. “A UFRGS cumpre bem o seu papel de pesquisa, graduação e extensão”, conclui.

Para além da discussão sobre vagas no mercado de trabalho para doutores, o professor Lucídio Bianchetti, do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem um outro ponto de vista: “Há um excesso de exigências e uma carência de opções. Isto está levando os pesquisadores à exaustão”. A conclusão não vem apenas dos estudos que desen-

volve, mas da observação do que acontece com colegas: “Há muitas evidências de pessoas ficando doentes. O organismo, como mensageiro, está dizendo que algo não está bem”.

Para Bianchetti, trata-se de um processo que tem origem na década de 1960, nos Estados Unidos, totalmente assimilado no Brasil nos dias de hoje, e gera um clima de concorrência entre instituições e profissionais. Outro problema, na sua opinião, é que a ampliação de vagas nos programas de pós-graduação não vem sendo acompanhada de oferta de trabalho para os novos doutores que a cada ano se formam. A entrada nos programas de mestrado e doutorado acaba adquirindo *status* de emprego para boa parte dos estudantes

que não conseguem colocação no mercado. De qualquer modo, em 2007 a UFSC contava com 1.313 professores doutores, enquanto em 2006 o número era de 1.248.

O período de ampliação do mercado de trabalho para doutores nas universidades privadas do Rio Grande do Sul terminou quando perceberam que não se concretizou a expectativa de aumento do número de estudantes de graduação. “Houve um período de bons investimentos, mas vivemos uma reversão desse processo”, afirma Amarildo Cenci, diretor do Sindicato dos Professores do ensino pri-

vado (Sinpro-RS). Sem alcançar os resultados esperados, as particulares passaram a demitir professores com doutorado e aumentar a carga horária dos demais.

“A Unisinos demitiu um contingente significativo de doutores, para enxugar a folha de pagamento. Ocorreu o mesmo com a Ulbra”, diz Cenci, referindo-se a duas grandes instituições privadas gaúchas: a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade Luterana do Brasil. A maior parte das demissões ocorreu em 2007.

“O objetivo tem sido cortar custos”, resume Ecléia Conforto, economista da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (Fetee-Sul). O ajuste maior vem ocorrendo na carga horária dos doutores.

“Aconteceu uma redução do número de professores horistas em sala de aula e um aumento na carga horária do professor doutor”, diz. Além do aumento na carga horária em sala de aula, as instituições têm aumentando o número de alunos por professor. “Há relatos de turmas com até 200 alunos”, conta Ecléia.

Ela afirma que as universidades particulares gaúchas têm procurado operar no limite da exigência do Ministério da Educação, de um terço de professores mestres e doutores no corpo docente. A PUC-RS conta com 1.565 profes-

sores, sendo que 653 são mestres e 672 doutores. A Unisinos tem 329 doutores em seu quadro (321 professores e oito funcionários). De acordo com o Sinpro-RS, um doutor adjunto em regime de 40 horas semanais recebe em torno de R\$ 6 mil mensais, enquanto o vencimento de professores titulares, há mais tempo nas instituições, pode chegar a R\$ 10 mil.

Uma característica do Rio Grande do Sul é a presença de universidades comunitárias, localizadas em cidades importantes do interior como Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul. Mesmo neste setor o mercado de traba-

estudantes das classes C e D em busca de qualificação. “A tendência é que a população entre num curso superior. Vai haver um aumento da demanda”, pondera a economista da Fetee-Sul, admitindo no entanto que não haverá retorno a uma situação de plena procura. Para ela, o futuro do ensino superior privado no Rio Grande do Sul é “incerto”, pois estaria vivendo processo semelhante ao ocorrido em São Paulo, em relação à proliferação de instituições empresariais, voltadas exclusivamente para a obtenção de lucro. “Aos poucos, percebemos a entrada do conceito de efici-

ência na educação”, constata. Em apenas dez anos, entre 1996 e 2006, o número de instituições privadas no Estado pulou de 27 para 92.

Na Universi-

dade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) a situação é ainda pior. Criada em 2001, a instituição passa pelo seu terceiro governo e vive um momento de crise. Com estrutura precária, salários congelados e sem novos concursos para professores, a “saída” para os professores têm sido mesmo... sair da instituição. “Muitos doutores estão fazendo concurso fora do Estado, nas federais ou mesmo na iniciativa privada”, diz Amarildo Cenci. A maioria dos 90 docentes da instituição tem doutorado. O salário médio, de R\$ 4 mil, é o mesmo desde a fundação da UERGS.

No RS, em apenas 10 anos (1996-2006) o número de instituições privadas pulou de 27 para 92. Mas houve uma redução do número de professores horistas em sala de aula e um aumento na carga horária do professor doutor. Há relatos de turmas com 200 alunos

lho tem se tornado cada vez mais restrito. Com problemas políticos e administrativos, algumas destas instituições vivem profunda crise. É o que vem ocorrendo na Universidade Regional da Campanha (Urcamp), que atende a chamada Metade Sul do Estado, e na Universidade de Cruz Alta (Unicruz), que chegou a sofrer intervenção do Ministério Público e afastamento do reitor, em 2005.

Ecléia prevê um período de recuperação do setor privado, em vista do crescimento econômico do país, que está levando às universidades um número maior de